

## **A vigilância, repressão e opressão desencadeada pela DOPS do Recife a militante e ex-deputada Adalgisa Cavalcanti.<sup>1</sup>**

**Arleandra de Lima Ricardo.<sup>2</sup>**

### **Resumo**

Esta notícia de trabalho expõe como se deu a repressão desencadeada pela DOPS em Pernambuco em torno de uma das militantes do Partido Comunista do Brasil (PCB), Adalgisa Rodrigues Cavalcanti, desde o ano de 1934 a 1964.

**Palavras-chave:** DOPS, vigilância, repressão, opressão, gênero.

### **Vigilância, Opressão e Repressão: História e vida de Adalgisa**

Como militante do movimento feminino em Pernambuco, ao longo das décadas de 1940 e 1950, Adalgisa participou e ajudou a criar vários comitês, ligas e associações de mulheres, tais como o Comitê de Mulheres pela Democracia, a União de Mulheres, a Associação de Mulheres e a Liga Feminina, todos com atuação em Pernambuco, além do jornal *Tribuna Feminina*. Foi também uma das distribuidoras do jornal *Movimento Feminino*. Em 1947, já como deputada estadual integrou várias campanhas, e mesmo após a ilegalidade participou de reivindicações como, o “Petróleo é nosso”, contra a ida de soldados para a Coreia e a formação da Frente do Recife.<sup>3</sup> (CAVALCANTI, 1978, p. 268).

Adalgisa Rodrigues Cavalcanti nasceu na cidade de Glicério<sup>4</sup>, no ano de 1907, no sul do Estado de Pernambuco, filha de Joaquim Justo Rodrigues de Freitas, e Maria Madalena Rodrigues de Freitas Neves. Foi adotada aos 11 meses por Silvio de Aguiar Campello e esposa. (CEHIBRA, 21/07/1982) Durante a infância morou com os pais na

---

1 Estas reflexões integram parte da dissertação intitulada: A DOPS em Pernambuco no período de 1945 a 1956: autocracia em tempos de “democracia”? Produzida no curso de mestrado em história na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) de 2007 a 2009, com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

<sup>2</sup> Mestra pela PUC-SP (2009), Orientadora: Vera Lúcia Vieira.

<sup>3</sup> A Frente do Recife era constituída pelos comunistas, socialistas, trabalhistas e de grande número de pessoas sem partido.

<sup>4</sup> Cidade posteriormente chamada de Paquevira.

cidade de Olho D'água dos Brejos, chamada também de Rio Branco e posteriormente Arcoverde. Foi para a escola primária aos cinco anos. Sua infância foi marcada por eventos singulares, como as constantes “visitas” de cangaceiros na residência de seus pais, dentre os quais rememora a figura de um Antonio Silvino e de Antonio Godê. No seu mundo de criança, quando os cangaceiros chegavam em grande quantidade, a sua “mãe adotiva botava aquelas agulhas nas máquinas manuais e costurava os sacos, preparava a comida que eles mandavam”. (Idem). Assim, comenta:

Eu gostava porque todas as segundas feiras os cangaceiros vinham para a feira de São Sebastião em Umbuzeiro. Eles me chamavam de ‘a menina’. Quando chegavam, faziam lá um doce africano chamado de ‘beira seca’, cocada, essas coisas... eu gostava mesmo e sentia por eles uma atração devido a um óleo que eles usavam no cano do rifle das carabinas. O óleo era de ‘horisa’. De forma que fui assim criada nesse ambiente”. (Idem).

Outro grupo de cangaceiros que invadia a casa era o de Lampião, os quais faziam ameaças, conta Adalgisa, que nunca chegaram a cumprir. No entanto, rememora, um grupo de cangaceiros “que não eram profissionais”, formados pelo Doutor Augusto Santa Cruz, na “última vez que tiveram em nossa residência, foram para matar o meu pai. Ele fugiu e nós tivemos que ir embora... Foi quando viemos para o Recife”. (Idem). Casou-se em 1922 aos 16 anos com Tito Cavalcanti,<sup>5</sup> iniciando sua vida política influenciada pelo marido e pelo ferroviário Agostinho Dias de Oliveira, entre outros.

Um dos momentos singulares a que assistiu foi no ano de 1935, quando integrantes do exército que participavam da Aliança Libertadora Nacional (ALN) e do PCB deflagraram o Movimento armado em 1935,

Eu, por exemplo, que fazia parte do movimento, vim saber da revolução no domingo ao meio dia. Arrebentou, houve esse desencontro, levantou-se Natal, depois aqui [Recife], depois Rio [de Janeiro]. De modo que não foi uma coisa bem organizada e por isso falhou. Falhou até em armamentos (...). Eles se dispersaram”. (Idem)

Depois do movimento de 1935, com a prisão dos envolvidos foi criado o *Socorro Vermelho* que teve como objetivo dar assistência aos presos políticos e a suas famílias.

---

<sup>5</sup> Tito Cavalcanti na época tinha 26 anos, era ferroviário, filho de fazendeiros e neto de latifundiários.

A repressão desencadeada pela DOPS em Pernambuco, não escolheu classe ou gênero ou segmentos sociais. Porém, quando se trata do gênero feminino, o preconceito contra a mulher que exercia atividades públicas somou forças na composição da violência da opressão. Conforme os autores, a entrada de mulheres no movimento da política era vista como causadora de transtornos adicionais, pois a ela cabia o espaço privado, o cuidado da casa, da família, do marido, dos filhos.

As mulheres podiam ser ao mesmo tempo a base de uma sociedade estável e uma das principais ameaças de desagregação da ordem social. [...] as mulheres ou mereciam uma atenção especial – cuidado e proteção – enquanto anjos, ou eram objeto de rígido controle – palavra que em grande medida significava a intervenção da polícia, se houvesse o risco de se transformarem nos temidos demônios. (BRETAS, 1997, p. 173-174).

O início da vigilância sistemática dos agentes da Dops em torno da militante do PCB, Adalgisa, ocorreu nos primórdios de 1930, conforme observado na documentação produzida pela Delegacia Auxiliar. (Prontuário, 5.306 de 15 de junho de 1934).<sup>6</sup>

Conforme destaca Lavareda (1986, p. 17), esta militante participou com Áurea Góes e Odete Silveira, o PC em finanças desde 1930, no que se chamava na época “Socorro Vermelho”, proporcionando meios materiais ao desempenho das tarefas políticas e de assistência a militantes necessitados de auxílio”. (idem).

Tal participação se estende por toda a década de 1930, pois a DOPS no dia 16 de março de 1936 obteve por intermédio de “pessoa de confiança” a seguinte informação:

na Rua 24 de maio no bairro de Santo Antonio, na casa n. 84, reside uma senhora de nome Adalgisa a qual é tezeira do Socorro Vermelho, que fornece dinheiro as famílias dos comunistas que acham-se presos, como também os que estão soltos vão até lá [...] esta senhora acima citada, recebe em sua casa diariamente as mulheres dos que estão presos. (Prontuário n. 5.306.16 de março de 1936).

O procedimento de vigilância destes agentes do Estado, bem como identificou Marcília Gama, “adquire *status* de poder, na medida em que os órgãos passam a

---

<sup>6</sup> Junto com ela aparecem outras pessoas apontadas apenas pelos primeiros nomes e colocados como seus parceiros na política como: Sobreira, Julia Santiago, Macieira e Augusto.

sobreviver do processamento de dados de informações [...] tornando-se a mais poderosa arma de controle do cidadão”. (Gama, 2007, p. 69).

Tal controle permite a estes agentes analisar *pari passu* as ações desta militante, principalmente a que exercia junto aos operários e trabalhadores em geral. Conforme relata um destes agentes indicado para vigiá-la quotidianamente: “[...] d. Adalgisa Rodrigues Cavalcanti, este é o seu nome completo, é casada com o Sr. Tito Tenório Cavalcanti, residente à rua 24 de Maio, n. 84, empregado da ‘Great-Western’, como condutor. [...] é pessoa inteligente e mantém espiões às suas custas [...]. É muito conhecida a senhora acima referida, nas classes ferroviárias e graphicas.” (Prontuário n. 5.306. 26 de março de 1936)

O resultado de tal vigilância foi a prisão e o fichamento de Adalgisa ainda naquele ano de 1936, no dia 1º de abril, paralelamente à invasão em sua casa, onde os agentes da Dops apreenderam documentos e fotos pessoais e de outras pessoas, posteriormente presas também, como Maria do Carmo Rodrigues, Amélia Rodrigues de Freitas e Amélia Rodrigues Campelo, Hilda Soares, Maria de Barros Silva (esposa do ex-sargento da Brigada Militar, José Gumercindo), Alcides Moreira (ex-investigador) e Alfredo Richmond. (Idem).

O prontuário que a acompanharia por toda a vida foi aberto nesta ocasião, recebendo o número 5306.

Mesmo estando ela presa, sua casa continuou sendo motivo de suspeita, pois os agentes continuaram a produzir informações sobre a rotina que a circundava, anotando quem entrava ou saía, com quem seu marido conversava que tipo de informações dava, conforme se observa no documento abaixo.

Sendo designado [...] para fazer observação na residência de D. Adalgisa, [...] em substituição ao investigador n. 77, levo ao conhecimento de V.S. que, durante a minha permanência [...], esteve um cidadão [...], Antonio Leitão ao entrar na referida casa, D. Amélia tia de D. Adalgisa, foi recebê-lo e fez um sinal para elle que me deu a entender ser me apontado. Dado sito, o snr. Antonio perguntou por D. Adalgisa respondendo o esposo da mesma que ella se achava presa na Secretaria. (Prontuário n. 5.306. 02 de abril de 1936).

A vigilância não se restringia ao local da casa, ou aos locais em que o suspeito transitava. Estendia-se a outros estados e a correspondência trocada entre eles

demonstra a existência de uma verdadeira malha de informações que cobria provavelmente todo o território nacional.

Conforme se observa na correspondência analisada, a Dops de Pernambuco solicita informações à Divisão de Política Social (DPS) do Rio de Janeiro, sobre o *Socorro Vermelho*, no que foram atendidos no mesmo ano:

“Attendendo a vossa solicitação telegraphica, remeto, com este, a inclusa cópia authentica do documento apreendido do Socorro Vermelho Internacional e do qual consta os nomes do Dr. Arthur Coutinho, Sebastião Lopes e Adalgisa Cavalcanti.” (Ofício n. 315-G da Polícia do Distrito Federal, da Delegacia Especial de Segurança Política e Social. Prontuário n. 5.306. 04 de maio de 1936).

Vale destacar que nos documentos citados acima, os nomes de seus integrantes estão sublinhados com lápis vermelho. Um mês depois, outro investigador, designado para identificar quem auxiliava financeiramente o *Socorro Vermelho* e dava dinheiro para Adalgisa ajudar as famílias de detentos presos no Presídio Especial, escreve que: “Pude colher as seguintes informações, chama-se Manoel Campos Góes” e cita o endereço. (Prontuário n. 5.306. 03 de abril de 1936).

Apesar de toda esta perseguição e das prisões, observa-se que Adalgisa deu continuidade às ações de solidariedade aos presos políticos que enchiam as prisões naqueles idos tempos ditatoriais varguistas, pois em 1938, chega outro informe à delegacia: “Cumpri-me levar ao conhecimento de V.s que fui informado que a comunista Adalgisa Cavalcanti, que já foi presa mais de uma vez nesta delegacia, achase agora trabalhando no Socorro Vermelho onde é distribuidora de remédios e dinheiro aos detentos do credo vermelho.” (Prontuário n. 5.306. 21 de maio de 1938)

Apesar de toda a documentação produzida sobre sua vida não foi possível recuperar todas as suas idas e vindas à prisão neste período, mas é possível afirmar que desde a década de 1930 suas prisões foram intermitentes até 1965. Os aprisionamentos a que Adalgisa foi submetida no ano de 1936 foram justificados com a alegação genérica de “motivo de ‘ordem pública’”.

Da documentação sobressaem às informações sobre o período correspondente ao Movimento de 1935, quando foi mais sistematicamente vigiada pela DOPS e taxada de subversiva por vários motivos. Mesmo tendo sido absolvida das acusações de ter participado do Movimento de 1935, conforme o ofício n. 5.205, de 26 de novembro de

1947 (Prontuário n. 5.306 de 26 de novembro de 1947), as vigilâncias continuaram, pois conforme os agentes diziam: “para averiguações”. Seus passos foram seguidos nas ruas, nos mercados e no cumprimento de seu mandato como deputada, em 1947. pessoas ligadas a ela e matérias que escreveu serviram de motivos compor inquéritos e justificar prisões arbitrárias ao longo de sua vida.<sup>7</sup>

### As perseguições sob a égide da Guerra fria

A partir da década de 1950, impulsionados pela nova tecnologia que o aumento de recursos permitiu comprar, a troca de informações entre os Estados e com o governo central não só se intensificou, mas se tornou mais sofisticado, pois passou a ser feito também por rádio. Não nos esqueçamos que, conforme foi indicado no início, novos recursos financeiros foram disponibilizados a esses órgãos para que pudessem cumprir a contento a extirpação da ameaça comunista.

Na correspondência que registra tal comunicação, as palavras, assuntos, intenções e ações ou comandos são desarranjados, truncados, e dificultam o entendimento sobre as deliberações tomadas. Tal observação pode ser verificada numa seqüência de documentos que informavam sobre o Congresso Nacional de Mulheres, realizado em São Paulo em 1951:

SS/23179 pt confirmado meu rádio SS20.188 vg 1º do corrente vg a respeito do CONGRESSO NACIONAL MULHERES vg comunico vg que referido conclave que vg provavelmente será proibido vg foi transferido para dias 28 vg 29 e 30 de junho vg segundo noticias imprensa comunista pt

Entretanto vg podendo tratar-se de arдил e o congresso ser realizado antes vg solicitado prezado colega verificar quais delegações desse Estado deverão embarcar para esta Capital vg comunicando imediatamente data seu embarque e vg se possível vg temarios que citadas deverão discutir pt Tudo que se refira referido congresso interessa esse Departamento vg motivo porque agradeço V.S. sua cooperação pt. [sic] (Prontuário n. 5.306. 13 de junho de 1951).

Com relação à informação de rádio acima, numa primeira leitura se observa que se tratava de uma resposta do Serviço Secreto de São Paulo confirmando o rádio passado pelo Serviço Secreto de Pernambuco sobre o Congresso Nacional de Mulheres

---

<sup>7</sup> Foram catalogados documentos da biografia de Adalgisa apreendida pela DOPS, a vigilância e a repressão durante as décadas de 1940, 1950 e 1960. Nestes documentos também estão catalogados ficha de prisões, processo judicial, matérias escritas por Adalgisa para o jornal *Folha do Povo*, e a vigilância no Comitê pró-democracia.

a ser realizado na capital paulista. Solicita-se que, além da relação das participantes também se indicasse os temas do encontro. Tal solicitação termina dizendo que tudo que fosse tratado era de interesse da delegacia de Pernambuco. No dia 25 do mesmo mês chegou a primeira resposta:

Resposta vosso 137 vg 13 corrente vg informo-vos até agora apenas uma delegação foi designada assistir Congresso Mulheres a realizar-se nessa Capital pt  
Essa delegação vg será assim constituída bipontos  
ADALGISA RODRIGUES CAVALCANTI vg ex-deputada estadual eleita P.C.B vg MARIA JOSÉ DA SILVA e IRACY BARBOSA DA SILVA pt  
Não conhecemos ainda temários irão discutir congresso.  
Adianto-vos vg entretanto vg quaisquer informações colhidas respeito vg bem como outras notícias vg possam interessar essa Diretoria vg serão transmitidas com presteza pt. [sic] (Rádio n. 18. São Paulo. Prontuário n. 5.306. 25 de junho de 1951).

O teor dos assuntos a serem discutidos no congresso foi notificado pelo agente em outro rádio, “Aditamento último rádio enviado essa Diretoria vg informo-vos temários deverão ser debatidos Congresso Mulheres representantes P.C.B. local vg são seguintes bipontos: Carestia de vida ptvg barateamento de generos de 1<sup>a</sup>. necessidade ptvg flagelação do nordeste e perseguições policiais pt.” [sic] (Rádio n. 19. São Paulo. Prontuário n. 5.306. 27 de junho de 1951.)

Embora os problemas a que se referiam - como os altos custos de vida, e a seca no Nordeste- fossem de interesse de praticamente toda a população, a DOPS retrucou que, conforme suspeitavam, as militantes que representavam o Estado de Pernambuco iriam debater assuntos “ardis”, ligados a política. Ainda na pauta do debate estava a questão da violência e das perseguições policiais exercidas pelos agentes. Interessante observar que nesse período, a vigilância a Adalgisa chegou a tal proporção que até quando ela saiu à rua para varrer a calçada (Prontuário n. 5.305. 13 de novembro de 1952), o agente da DOPS fez questão de registrar, assim como anotou quando ela trocava de roupa, revelando-se uma total falta de privacidade.

Depois, já de roupa trocada, saiu às 15.45 em direção ao Mercado São José, sempre acompanhado por mim, porem, com poucos minutos perdi-a de vista, conseguindo levanta-la 15 minutos depois, seguindo-a em direção a sua casa, onde ela encontrou-se com um elemento masculino desconhecido com quem conferenciou durante 5 minutos, retirando-se depois o desconhecido. Depois a “acampanada” saiu com destino a um deposito de leite na rua das calçadas, voltando momentos depois com uma leiteira á mão entrando-se com o marido.( Prontuário n. 5.305. 13 de novembro de 1952).

No mês de novembro de 1952, Adalgisa flagrou o policial vigiando-a e interpelou-o sobre isto. Não fosse trágico, pela indicação do que isto denota sobre uma situação que não se restringia a uma pessoa, mas se colocava em todo o país, na fala do agente de “campana”, destaca-se o ridículo da situação

Às 8.10 horas a observada saiu novamente de casa, a pés, pela Rua das Calçadas, tomando destino à Praça de Cinco Pontas. Neste local Adalgisa parou na esquina da Rua das Calçadas com a Praça das Cinco Pontas. Com surpresa de minha parte a observada me abordou di[z]endo que iria protestar estar sendo vigiada pela polícia. Diante da atitude de Adalgisa perguntei a ela se estava falando comigo, tendo ela não dado resposta, voltando as costas para mim, continuou a andar. Em face do exposto procurei entrar na primeira rua, a fim de recolher[-]me a esta Especializada para informar o incidente havido o conse[qü]entemente ser providenciado a minha substituição no serviço.( Prontuário n. 5.306. 14 de novembro de 1952)

Não era a primeira vez que ela enfrentava pessoalmente tais agentes, como observado no documento escrito pelo próprio agente no dia 9 de agosto de 1947, citado na página 127 desta dissertação. No documento ela denuncia que tal perseguição era ilícita, pois burlava a Constituição em vigor.

Apesar disto, a DOPS continuou a vigiá-la, pois no mesmo dia outro agente continuou a “campana” das 18 horas às 24 horas, registrando seu cotidiano.( Prontuário n. 5.306. 14 de novembro de 1952) Tal vigilância ainda foi denunciada por Adalgisa no dia 18 de novembro de 1959.

Como podemos ver, a DOPS continuou a perseguir e a vigiar conversas em cafeterias, mercados, ruas, mas agora, a partir das constatações de “subversão”, as pessoas eram levadas à delegacia para prestar depoimentos. Emitir opinião crítica sobre a coisa pública era considerado um ato “subversivo”, sendo censurado e seu emissor levado para prestar depoimentos na polícia, como o caso de quando “Foi vista em palestra com o comunista Antonio Correia Novais. Vem prestando o seu concurso à Campanha da Paz, do Petróleo, da Emancipação Nacional e contra o Pacto Militar Brasil-Estados Unidos. Figurou o nome da epigrafada na chapa como candidata a deputada estadual pela legenda P.T.N., às eleições realizadas em 3 de outubro de 1954”. (Prontuário n. 5.306, 1954).

Se as conversas em cafeterias eram proibidas, participar de movimentos reivindicatórios era muito pior. Mesmo sabendo que eram proibidos os encontros, as reuniões e as manifestações públicas, Adalgisa e outros integrantes do extinto PCB

continuaram expondo suas opiniões. Porém, quando tentaram se candidatar sob outra legenda, foram proibidos entre outros motivos, pela posição “subversiva”.

Em 1954, para coibir a participação das pessoas ligadas ao extinto PCB nas eleições que se aproximavam, foi editada uma lei de emergência proibindo tais candidaturas, o que foi imediatamente denunciado pelo PCB e pelo PTB que escreveram um telegrama ao Deputado Carlos Vergal, devidamente apreendido pela DOPS:

Solicitamos a V.Excia, transmitir ao plenário da Camara de deputados a nossa repulsa ao artigo n. 32, do projeto de Lei Eleitoral de Emergência, que impedi o registro dos candidatos patriotas do pleito de outubro vindouro [...]. Outrossim, pedimos por seu apoio, bem como o de todos no plenário, para o projeto do deputado Coutinho Cavalcanti, que regulamenta o registro e funcionamento do Partido Comunista do Brasil cuja existência jurídica é reclamada por milhões de brasileiros”. (Prontuário n. 5.306. 18 de julho de 1954)

Além de solicitar permissão para a candidatura, os integrantes do PCB continuamente enviavam listas e mais listas de pessoas que pediam a legalização do PCB. Esse telegrama foi apreendido no mesmo dia em que a polícia interrompeu a reunião que acontecia na residência de Valentim da Costa Figueroa, com a presença de Paulo Cavalcanti, Adalgisa Cavalcanti, Julia Santiago da Conceição. No dia 28 de outubro de 1955, o agente policial em campana registrou o seguinte fato:

Comunico a V. Excia., que ontem, às 11 horas, a grande agitadora comunista ADALGISA CAVALCANTI em companhia de outros elementos vermelhos, estiveram no Moinho Recife, [...] distribuíram vários exemplares do Jornal “Folha do Povo” e algumas revistas de propaganda comunista, improvisando ainda uma rápida conferencia entre os trabalhadores. Convem salientar que tal tarefa faz parte do “Plano Luiz Carlos Prestes” do Partido Comunista do Brasil, na parte de recrutamento de militantes, já em nosso poder.” (Prontuário n. 5.306. 28 de outubro de 1955)

Outro agente, também no local, fez suas “observações”: “Para os devidos fins, comunico a V.S. que em obediência ao “Plano Luiz Carlos Prestes” do Partido Comunista do Brasil, na parte “Construção do Partido”, a líder ADALGISA CAVALCANTI em companhia de outros companheiros, esteve ontem, às 11 horas, no Moinho Recife, um dos setores constantes do referido plano para recrutamento de militantes, e ali pronunciou uma espécie de comício relâmpago, distribuindo exemplares da “Folha do Povo” e algumas revistas, ficando de fazer nova visita”. (Idem) Concluindo a vigilância, o agente escreve: “Deixo de juntar alguns exemplares do

material distribuído em face do investigador que ali trabalha, não ter enviado para esta Delegacia, até o momento, e como prometeu”. (Idem).

Ainda nesse ano ocorreu o Congresso de Salvação do Nordeste, com a participação de vários integrantes do extinto PCB. Em 1961, por ocasião de um Congresso de Mulheres Latino-Americanas, a DOPS registrou a ida ao Rio de Janeiro nos dias 21 a 24 de abril, de Adalgisa e Neusa Cardim. Em nota o agente também informou que, representando Cuba estava Célia Golvara “genitora do ministro cubano” a qual fora a vários estados realizar conferências. Nesse início de década a preocupação da DOPS era da cubanização do Nordeste, cujos trabalhadores rurais, entre outros fatos, estavam se organizando nas Ligas Camponesas, sob o comando de Francisco Julião.

Nos anos que se seguem a DOPS, numa proporção bem menor, continua sua anotação sobre a vida de Adalgisa, até mesmo quando ela faz a venda de sua residência no ano de 1962, onde fora vigiada desde a década de 1930. Além da vigilância sistemática ao longo de quatro décadas, no ano de 1964 observa-se como mais se evidencia a conexão entre opressão e da repressão em um documento da DOPS, lavrado pelo delegado de polícia ao relatar a prisão relâmpago de Adalgisa já no ano de 1964. Como outros o fizeram anteriormente, ele começa por traçar a história, ou parte do que eles conheceram sobre a trajetória desta mulher no PCB:

Dona ADALGISA RODRIGUES CAVALCANTI, - é ela própria quem confessa na sua auto biografia – ingressou nas fileiras do Partido Comunista no ano de 1945 e nunca mais dele se separou.

Não tendo filhos para cuidar e sendo seu esposo bonzinho de gênio, não criando embaraços às suas atividades políticas, dona Adalgisa passou a dedicar-se única e exclusivamente aos interesses do Partido, mesmo porque esta questão de lar, de família, são sentimentos burgueses segundo a teoria comunista e, daí dona Adalgisa relegar a um plano secundário a uma vida doméstica. Moscou precisava mais dos seus serviços. (Prontuário n. 5.306 de 29 de outubro de 1964.)

Observa-se como os jargões sobre as funções da mulher e sua posição na família transparece ainda nas falas deste delegado, ou seja, a falta de filhos e a anuência de um marido concessivo, havia lhe dado espaço para as atividades políticas, “relegando ao plano secundário a vida doméstica”. Outra acusação que o delegado da DOPS fez questão de destacar foi a vinculação ao perigo internacional, um dos atributos para

justificar a repressão, neste caso, a acusação de estar prestando serviços à Moscou, essa atribuição se dava principalmente, como prova incriminatória, associada ao comunismo internacional, como observado:

Adquirindo a necessária confiança dos dirigentes do Partido Comunista, passou dona Adalgisa a galgar postos de relevo quer quando o Partido estava registrado legalmente quer na sua vida ilegal. Assim é que, em 1947, foi eleita sob a legenda daquele Partido, deputada estadual, salientando-se entre seus pares na defesa postulados bolchevistas. Cassado o seu mandato por haver o PC mergulhado na ilegalidade, mais intensa tornou-se a luta de dona Adalgisa. Foi presa várias vezes, tomou parte em congressos, visitou sua terra natal – Moscou e sempre figurou em todas as campanhas de caráter esquerdista e ao lado dos que tentavam reorganizar sob as mais simuladas fórmulas, o Partido Comunista.

Nem mesmo ao atingir a idade propecta afastou-se do campo de luta. O seu estado não lhe arrefeceu e continuou ombro a ombro com seus “camaradas”. Por ultimo passou a figurar no Comitê Estadual do Partido, embora continuasse este na ilegalidade. É o que dizem as testemunhas quando fazem referencia a sua pessoa. E são depoimentos eloqüentes, vez que partem de pessoas que conhecem de perto as atividades daquele Partido. (Prontuário n. 5.306 de 29 de outubro de 1964)

Da contraposição entre o demérito das atividades públicas e o enaltecimento dos afazeres domésticos, emerge a culpabilização pelas doenças e achaques de seus parentes e consorte, conforme se observa na fala do agente:

Dona Adalgisa promovia reuniões em sua própria residência, com os demais membros componentes do Comitê, era freqüentadora assídua do Edifício ‘Vieira da Cunha’, ponto de reunião do estado maior dos comunistas nativos, tornando, assim, a atividade do Partido Comunista de fato visto que não poderia fazê-la de direito. A sua ajuda, como se vê, a essa entidade de caráter internacional, era inequívoca”. Continua o documento “É o sr. Tito Cavalcanti, esposo de dona Adalgisa quem diz em seu depoimento que – ‘é a sua senhora militante do Partido Comunista’, como é do conhecimento geral e que desde o dia três de abril do ano em curso, a mesma saindo para fazer compras, não mais voltou ao lar até a presente data’. Bem que dona Adalgisa já se aproximando dos seus sessenta anos assaz vividos, poderia estar ao lado de seu marido, cuidando do bom velho, fazendo tricô e ouvindo novela, mas qual o quer Prefere andar por aí afora, tramando contra tudo e contra todos. (Idem).

Continua o inquérito do delegado acusando que ela “a esta altura já denegrindo a personalidade do seu ex-chefe Krushev e enaltecendo as altas qualidades de Krosygin, seu novo patrão” (Idem) continuou militando.

Nas discussões internas do Partido, a denúncia dos crimes cometidos no governo de Stalin em 1956 abalou o Partido Comunista, muito atento, o delegado fez questão de destacar o racha que teve dentro do PCB. O relatório de Krosygin denunciou o culto à

personalidade promovido na época de Stalin, acusando-o também por crimes de guerra, o que provocou o desentendimento derradeiro entre os dirigentes do PCB, minando a unidade do Partido e culminando com a sua cisão. Origina-se desta cisão, o PCdoB em 1962, que retoma a política de orientação stalinista contida no Manifesto de agosto de 1950 no qual o “velho partidão” defendera uma revolução nacional libertadora, um governo democrático e popular e uma frente única com setores da burguesia, ou seja, uma frente popular nos moldes da Aliança Nacional Libertadora (ANL) de 1935.

[...] a esta altura já denegrindo a personalidade do seu ex-chefe Kushev e enaltecendo as altas qualidades de Krosygin, seu novo patrão, pessoa de quem – é possível – nunca tenha ouvido falar. Tem jeito não para dona Adalgisa.

Enquanto isso, ‘seu’ Tito se encontra sozinho, setuagenário, diabético, precisando mais do que nunca de sua companheira para lhe fazer um chá, prover nos seus achaques e cantando para si mesmo – ‘ela saiu de casa e nunca mais voltou...’ (Idem)

Na fala do delegado, continua a explicação do sumiço relâmpago (prisão) de Adalgisa a seu marido Tito Tenório:

Diante das provas colhidas no inquérito, não é preciso invocar o sistema de São Tomé para afirmar que dona Adalgisa estava inclusa nas penas dos artigos 9 e 10 da lei de Segurança Nacional, tornando-se oportuna a decretação de sua prisão preventiva nos termos da aludida lei. (Idem)

Para o delegado que elabora tal retrospectiva o que interessava era o fato de deixar o marido que se “encontrava sozinho, setuagenário, diabético”. Conforme o ideário deste servidor público deveria acompanhar sua idade, como a de fazer chá para seu marido, tricô e ouvir novela; já que sua idade de sessenta não lhe permitiria, como permitira durante anos a militância no PCB, que continuasse ilegal. Assim considera a militância de Adalgisa uma causa perdida e declara: “tem jeito não para dona Adalgisa”, ou seja, apesar da idade, achava-se presa, incurso nas leis de Segurança Nacional.

Tais conotações preconceituosas contra a mulher que exercia uma função pública não expressam somente a posição de um indivíduo. Estão engendradas no social, confere-lhe valor moral, dizem respeito aos bons costumes e significa o uso do poder público para determinar a função e o lugar da mulher.

Em 25 de junho de 1963, antes mesmo do proclamo da ditadura militar, a DOPS já trocava informação afirmando que ela já era prontuáriada desde o ano de 1934. Em

outubro de 1964, ocorre o inquérito e o processo sob as ordens da Comissão de Investigação Sumária. Tal comissão era responsável por encaminhar inquéritos de pessoas ligadas ao funcionalismo do município. Como Adalgisa não se enquadrava como funcionária, a peça processual foi arquivada tendo sido solicitado seu envio para outra instância.

Acompanhando as diretrizes da ditadura, os direitos políticos de várias pessoas foram cassados nesse ano, particularmente dos funcionários públicos, e foram iniciados os expurgos da máquina administrativa do país. Mesmo sem ser funcionária pública, foi emitida ordem de prisão contra ela, no dia 6 de junho de 1964. Em 1966, em recorte guardado pela DOPS do jornal *Diário de Pernambuco* de 10 de outubro de 1966, foi divulgada a condenação de Adalgisa; “foi condenada ontem, pelo Conselho Permanente de Justiça do Exército a ex- deputada Adalgisa Cavalcanti, ex-funcionária do Serviço Social Contra o Mocambo, e uma das mais antigas militantes e divulgadoras da doutrina Marxista no Recife”. (Prontuário n. 5603. 10 de agosto de 1966)

Adalgisa foi presa várias vezes; até 1963, foram 19 prisões. Sabemos apenas que, de todas as prisões que sofreu, a que mais durou foi uma de dois anos no *Presídio Feminino Bom Pastor*, já com 60 anos de idade, nos idos anos do Golpe Militar de 1964.

Após a ditadura, em entrevista com Beth Salgueiro na revista *Mulherio* ela descreve como ela se encontrava:

[...] se esconde num apartamento no centro do Recife, e só recebe visitas se estas chegarem através de amigos de confiança. Para as pessoas conhecidas, a casa esta sempre aberta. Para os estranhos, só com carta de apresentação. ‘não é que eu tenha medo, mas já me aborreci muito e acho que devo poupar minha velhice’. (Disponível em: <http://www.fcc.org.br/mulherio/capes2.html>. Acesso em 2 de junho de 2009)

Adalgisa morreu em Recife no dia 26 de abril de 1998. (Disponível: [http://www.bolsademulher.com/estilo/materia/adalgisa\\_cavalcanti\\_uma\\_lutadora/1785/](http://www.bolsademulher.com/estilo/materia/adalgisa_cavalcanti_uma_lutadora/1785/) 1. Acesso em 2 de junho de 2009).

## Conclusões Finais

Atribuiu-se à polícia não só a missão de assegurar a manutenção da ordem e de verificar as infrações penais como também o poder de, em certa medida, ditar normas, ou seja, o direito de interdição ou regulamentação sobre atividades da vida cotidiana. (CHATALA, 1975, p. 22).

O movimento feminino foi visualizado pela DOPS como um perigo à “ordem e aos bons costumes” e a adesão de mulheres à política, em larga escala, “seria de conseqüências danosas” para a nação, segundo tais agentes, tratava-se do “rompimento da unidade da família brasileira”, a quebra da formação cristã, “e, com isto, a marcha para o caos moral social”. Essa era a visão conservadora e protetora que os agentes pregavam: a defesa da ordem social, política e moral da família e dos bons costumes. Tais lutas inseriram-se no que podemos identificar como violência opressora ao gênero feminino. Além, de um estado que vigia, reprime e prende, integrante de associações de participarem de demandas públicas, em períodos considerados democráticos.

A história de vida de Adalgisa Rodrigues Cavalcanti e a trajetória de inúmeros militantes do PCB, assim como de várias associações de esquerda, e até de pessoas que não estiveram associadas diretamente aos movimentos de direitos, foram, nas décadas seguintes, não apenas vigiadas e perseguidas, mas, passaram por situações constrangedoras, chegando a ponto do aniquilamento da vida, desaparecimentos e prisões arbitrárias durante o período de regime militar, sendo, portanto de grande significado o desenvolvimento de estudo da década de 1960, 1970 e 1980.

## REFERÊNCIAS

### Fontes

Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano de Pernambuco, prontuários 5.306; 31.430.  
FERNANDES.E. M. Entrevista Adalgisa Rodrigues Cavalcanti. Fundação Joaquim Nabuco (CEHIBRA). 21/07/1982.

### Sites Consultados

<http://www.fcc.org.br/mulherio/capes2.html>.

[http://www.bolsademulher.com/estilo/materia/adalgisa\\_cavalcanti\\_uma\\_lutadora/1785/1](http://www.bolsademulher.com/estilo/materia/adalgisa_cavalcanti_uma_lutadora/1785/1)

### Bibliografia

LAVAREDA, A.; SÁ, C. (orgs). *Poder e voto: luta política em Pernambuco*. In: *A luta eleitoral com a redemocratização: as eleições nacionais de 1945 e o pleito estadual de 1947*. Recife: FUDARJ; Massangana, 1986.

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL